

Ilustríssimos Membros da Comissão Permanente de Licitações

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS)

SENAR
20171010012069
10/10/2017 10:52:00

VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.743.904/0001-23, com sede na Avenida Marcelino Pires, 1740, sala 11 – Centro, Dourados MS – CEP 79.801-004, neste ato representada por seu procuradora, conforma procuração que ora junta, vem respeitosa a presença de Vossa Senhoria, por seu procurador signatário, fulcro no inciso XVIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, em tempo hábil para propor o presente

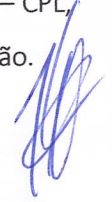
RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a ATA nº 063/2017 de reabertura da primeira reunião da comissão permanente de licitação do SENAR/MS para recebimento, abertura e julgamento das propostas apresentadas do pregão presencial nº 028/2017, Edital nº 034/2017, processo administrativo nº 080/2017, para “Contratação de serviços acesso secundário (link) dedicado de internet para atender o SENAR-AR/MS”, que INABILITOU a Recorrente, bem como, habilitou a empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI EPP, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme ata lavrada pela Comissão Permanente de Licitações – CPL, e datado de 06 de outubro de 2017, foi concedido prazo de 02 (três) dias úteis, a contar da referida ata, para interposição de recursos, cujo o encerramento do prazo se dá no dia 10 do mesmo mês.

Pelas considerações, desde já requer seja recebida tempestivamente o presente Recurso Administrativo contra a decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitações – CPL, que julgou inabilitou a Recorrente, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.



II. DOS FATOS

Atendendo ao chamamento para o certame licitatório, a Recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação decidiu inabilitar a Recorrente, no entanto há de ser revista tal decisão.

III. VIOLAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

a. DA CAPACIDADE TÉCNICA

Inicialmente cumpre dizer que a Recorrente interpõe o presente recurso enfrentando questões de ordem jurídica e técnica, em respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, de acordo com o art. 3º da Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666/93).

Segundo restou registrado na ATA nº 068/2017 a empresa VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME teria apresentado a declaração do Anexo IV em desacordo com o solicitado no edital; que apresentou cópia simples do certificado ou declaração da ANATEL, sem nenhuma identificação de origem e sem nenhuma e ainda em nome de uma empresa não participante do certame; por fim, não teria apresentado o Balanço patrimonial na forma da lei pois não consta a demonstração de resultado do exercício – DRE conforme critérios mencionados estabelecidos no edital.

Dessa forma, estaria a Recorrente em descompasso com os seguintes itens do edital, vejamos:

7.5.1.1. O atestado deverá ser fornecido em papel timbrado de cliente da licitante proponente, no qual expressamente constará o detalhamento e o período da prestação dos serviços anteriormente realizados, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à licitante emitente).

7.5.1.4. Apresentar Licença, Certificado, Declaração, Termo ou documento(s) equivalente(s) na forma da lei, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dentro do prazo de validade, atestando que a licitante está autorizada a prestar serviços de comunicação multimídia (SCM).

7.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao último exercício social, apresentados na forma da Lei e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

Pois bem, em que pese o ente licitante tenha seu regimento próprio, não podemos deixar de considerar que sua constituição se dá em razão da publicação da Lei Federal nº 8315/91, regulamentado pelo Decreto nº 566/92, portando, as regras aplicadas para a realização de licitações deve seguir aquilo o que determinam as Leis nº 8666/93 e nº 10.520/2002, em respeito ao inciso XXVII do artigo 21º da Constituição Federal de 1988, que estabelece a competência absoluta para legislar acerca das regras gerais de licitação, tal qual faz todos os entes da federação, as autarquias e estatais.

Olhando por este prisma, não podemos nos esquivar daquilo que preceitua, no art. 3º da LGL (Lei 8666/93), quando define que o objetivo maior das licitações é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Com base nessa premissa, a Recorrente entende que a CPL não agiu de forma acertada ao inabilitar o seu prosseguimento no certame.



b. DA DECLARAÇÃO DO ANEXO IV

Inicialmente, a CPL sustentou que a Recorrente teria apresentado documento tal qual consta no anexo IV do Edital, mas que por algum motivo, não da forma prevista no referido anexo.

Ocorre que tal descuido, em respeito ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, trata-se de vício sanável, podendo a CPL, considerando a presença do representante da empresa, diligenciar no ato da sessão para que tal declaração fosse prestada na hora, com o intuito de evitar a contratação, pela administração, de proposta mais onerosa.

Assim define a Lei nº 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ao analisarmos o edital, é nítido que tal documento deveria constar no envelope 02 “da documentação de habilitação”, sendo plenamente possível a diligencia neste sentido, motivo pelo qual, neste momento, a Recorrente faz a devida complementação, com o fito de reverter sua inabilitação por este motivo, mantendo, assim, a proposta mais vantajosa ao SENAR/MS.

Ora, não se pode anular todo o documento, por esse motivo permite a CPL realizar a mencionada diligencia no sentido de complementar a instrução do processo, conforme lhe é facultado.

c. DO CERTIFICADO OU DECLARAÇÃO ANATEL

No que tange a este motivo, de igual modo, a CPL deveria ter diligenciado no sentido de obter o devido esclarecimento acerca da divergência apontada, pois a Recorrente possui a outorga SCM da ANATEL.



Ocorre que, segundo a Presidente da sessão, a Recorrente teria apresentado cópia simples do certificado ou declaração da ANATEL, o que por si só, a falta de um “carimbo”, não é suficiente para inabilitar participante, principalmente quando o motivo é de fácil verificação pela CPL, como no caso em que nos deparamos. Ainda, mesmo sendo cópia simples, cumpre informar que a referida outorga foi publicada no DOU nº 1412, do dia 13/03/2012.

Cumprе destacar que tal outorga está no nome da Recorrente e publicada no sistema online da ANATEL, conforme cópia que ora junta, extraído do sítio eletrônico <http://www.anatel.gov.br/institucional/sobre-as-consultas-publicas>.

Ademais, é necessário atentar que o CNPJ do documento apresentado é suficientemente capaz para comprovar a outorga, mesmo que em nome diverso.

Nos termos da decisão “não teria apresentado o Balanço patrimonial na forma da lei pois não consta a demonstração de resultado do exercício – DRE conforme critérios mencionados estabelecidos no edital”.

Ocorre que a Recorrente é uma empresa, que, desde que foi transferida para a cidade de Dourados, há menos de um ano, não encerrou um exercício fiscal completo, motivo pelo qual apresentou o Balanço na forma como dispunha.

No entanto, cumpre afirmar que o documento é apto para demonstrar a capacidade financeira da empresa, pois é a reprodução fiel do que consta no livro diário da empresa, seguindo firmada por um contador, profissional habilitado para prestar e se responsabilizar pelas informações ali consignadas.

Em suma, para o Balanço Patrimonial ter validade ele precisa ser elaborado em conformidade com a legislação comercial, societária e fiscal em vigência na data de seu encerramento, mesmo que parcial.



Cabe salientar que o novo Código Civil de 2002 substituiu o Código Comercial que regia as empresas e agora tratamos todas as questões relacionadas às empresas com o Código Civil a partir do art. 966 até o art. 1.195 no Livro II - Do Direito de Empresa.

Os ditames societários para o encerramento do balanço como a forma de classificação, avaliação e as demonstrações obrigatórias são detalhados na Lei 6.404/1976, atualizada recentemente para obedecer ao padrão internacionalmente aceito. Está é, portanto, a Lei das Sociedades por Ações; também aplicável às demais entidades.

A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável.

Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário, não havendo motivos para a desconsideração do documento apresentado pela Recorrente.

Para finalizar, invocamos as lições de José dos Santos Carvalho Filho, ao afirmar que o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo.

Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.



Para se evitar situações como essas no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, expressão muito bem colocada por Marçal Justen Filho. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração.

Não se pode admitir que sejam feitas exigências inúteis ou desnecessárias à licitação; que se anule procedimento ou fase de julgamento; inabilite licitantes ou desclassifique propostas, quando diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou proposta que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. Notadamente, diante da posição pacífica do Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que “Em direito público, só se declara nulidade de ato ou de processo quando da inobservância de formalidade legal resulta prejuízo”.

Assim, a todos os elementos apontados não resultam em prejuízo, pois, quanto ao primeiro motive, o vício pode ser sanado por diligência da CPL, bem como a verificação do da outorga da ANATEL, e o balanço apresentado se presta para atestar a capacidade financeira, pois é parte integrante do livro diário, devidamente firmado por um contabilista e pelo proprietário da empresa, sendo suficiente para aferir a responsabilidade pelas informações ali lançadas.

IV. DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer seja o presente RECURSO PROVIDO, para que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão, habilitando a Recorrente de modo que tenha sua proposta comercial devidamente analisada, e sua participando das fases subsequentes garantida, e na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir ao departamento Jurídico para que se manifestem acerca das razões ventiladas;





Requer seja recepcionada na forma de diligencia a complementação da declaração apresentada conforme anexo IV;

Requer que esta comissão realize a diligencia necessária para verificar junto ao site da ANATEL acerca da outorga, conforme cópia que ora junta;

Requer seja o Balanço apresentado considerado válido e apto ao que se propõe.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Dourados/MS, 10 de outubro de 2017.

Ass.: _____

Nome: Gustavo Fiano Duarte

CPF/MF: 037.481.401-50

VETT
VIA EXPRESS TECNOLOGIA
E TELECOMUNICAÇÃO
Av. Marcelino Pires, 1740
Sala 11 - Centro - CEP 79801-002
CNPJ: 11.743.904/0001-23

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

A empresa **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 11.743.904/0001-23, Inscrição Estadual nº 28.419.186-8, sediada Avenida Marcelino Pires, 1740, Sala 11, Centro, Dourados/MS, propõe ao **SENAR-AR/MS** a participação no **Pregão Presencial 034/2017**, acima referenciado e declara:

a) Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) **GUSTAVO FIALHO DUARTE**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 001.671.215 SEJUSP/MS e do CPF nº 037.481.401-50, para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (CF/88), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()*. * em caso afirmativo, assinalar no espaço entre parênteses.

c) Sob as penas da lei, que recebeu uma via original do **EDITAL Nº 028/2017** do **Pregão Presencial nº 034/2017** e seus **ANEXOS** e que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, inclusive quanto a normativos específicos que devem ser observados pelo **SENAR-AR/MS**.

d) Para efeito de participação no **Pregão Presencial nº 028/2017**, que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, responsáveis legais ou técnicos, membros de Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo ou sócio vinculados ao **SENAR-AR/MS**, conforme previsto nos subitens **3.2.5 e 3.2.6** do Edital.

Av. Marcelino Pires 1740, sala 11 | Centro Dourados/MS
(67) 3416.6499 | www.vett.com.br



MOTOROLA SOLUTIONS



Cambium Networks

Campo Grande (MS), 06 de outubro de 2017.


VETT-VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME

Gustavo Fialho Duarte



Av. Marcelino Pires, 1740
Sala 11 - Centro - CEP 79801-002
CNPJ: 11.743.904/0001-23

Av. Marcelino Pires 1740, sala 11 | Centro Dourados/MS
(67) 3416.6499 | www.vett.com.br



MOTOROLA SOLUTIONS



Cambium Networks

MS	Dourados	NETMICRO INFORMATICA LTDA. - ME.	53500.017819/2014-45 (SICAP)	10268 de 17/12/2014	24/12/2014		AVENIDA JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA 346 JARDIM FLÓRIDA 1 Dourados/MS		
MS	Dourados	ROBSON GALASSI - ME	53500.004507/2016-33 (SICAP)	1675 de 09/06/2016	08/07/2016		Avenida Joaquim Teixeira Alves 1540 Centro Dourados/MS		Tel: (67) 3032-4200
MS	Dourados	M. DANTAS & CIA. LTDA - ME	53500.008107/2014-35 (SICAP)	9508 de 24/11/2014	01/12/2014		Rua Cuiabá 1229 B Centro Dourados/MS		Tel: (67) 84780445
MS	Dourados	MAY NET TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICAS LTDA ME	53500.017255/2006-31 (SICAP)	63118 de 17/01/2007	23/01/2007	TERMO PVST/SPV Nº 21/2007 ANATEL	AVENIDA JOAQUIM TEIXEIRA ALVES 1540 SALA 84, 8 ANDAR JARDIM CLIMAX Dourados/MS		Tel: (67) 34227043
MS	Dourados	ABEL F DOS SANTOS ME	53548.200163/2015-64 (SEI)	3949 de 28/09/2016	03/11/2016		Rua Mozart Calheiros 440 Vila Adalina Dourados/MS		Tel: (67) 30320707
MS	Dourados	SOARES & PERUZZO LTDA - ME	53500.019147/2014-11 (SICAP)	728 de 30/01/2015	06/02/2015		Avenida Marcelino Pires 2875 Centro Dourados/MS		Tel: (67) 3422-2266
MS	Dourados	SOARES & PERUZZO LTDA - ME	53500.014350/2016-54 (SICAP)	728 de 30/01/2015	06/02/2015		Avenida Marcelino Pires 2875 Centro Dourados/MS		Tel: (67) 3422-2266
MS	Dourados	PAULO R. M. FERREIRA	53500.016774/2014-91 (SICAP)	1908 de 19/03/2015	24/03/2015		Rua José Luiz da Silva 870 Jardim Água Boa Dourados/MS		Tel: (67) 34253979
MS	Dourados	SURF NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA.	53500.029269/2016-79 (SEI)	5477 de 15/12/2016	22/12/2016		RUA FREI ANTONIO 3105 CONJUNTO HABITACIONAL TERRA ROXA Dourados/MS		Tel: (67) 99977-1721
MS	Dourados	ARNET-SERVICOS DE CONEXAO A INTERNET LTDA	53500.015956/2009-88 (SICAP)	7269 de 11/12/2009	21/01/2010	TERMO PVST/SPV Nº 14/2010 ANATEL	AVENIDA JOAQUIM TEIXEIRA ALVES 1139 TERREO CENTRO Dourados/MS		Tel: (88) 34216998
MS	Dourados	ROSIMEIRE PEREIRA SOUZA GOMES - ME	53500.031480/201651 (SICAP)	45 de 04/01/2017	10/01/2017		AVENIDA MARCELINO PIRES 242 JARDIM CLIMAX Dourados/MS		Tel: (67) 999712513
MS	Dourados	ROSIMEIRE PEREIRA SOUZA GOMES - ME	53548.000200/2017-06 (SEI)	45 de 04/01/2017	10/01/2017		AVENIDA MARCELINO PIRES 242 JARDIM CLIMAX Dourados/MS		Tel: (67) 999712513
MS	Dourados	SCHUEROFF & RODRIGUES COMUNICACOES LTDA - ME	53500.027500/2016-90 (SEI)	5015 de 22/11/2016	28/11/2016		RUA RUA NIVALDO SANTANA 1250 FLOR DE MAIO Dourados/MS		Tel: (67) 98410064
MS	Dourados	TELE RURAL COMERCIAL LTDA - ME	53500.018873/2011-65 (SICAP)	7882 de 29/11/2011	06/12/2011	TERMO PVST/SPV Nº 711/2011 ANATEL	AVENIDA JOAQUIM TEIXEIRA ALVES 2070 CENTRO Dourados/MS		Tel: (67) 34222233
MS	Dourados	VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME	53500.015564/2010-32 (SICAP)	1412 de 13/03/2012	27/03/2012	TERMO PVST/SPV Nº 157/2012 ANATEL	Avenida Marcelino Pires 1740 Sala 11 Centro Dourados/MS		Tel: (51) 98575950
MS	Dourados	VIA RADIO DOURADOS INFORMATICA LTDA - ME	53500.011501/2009-29 (SICAP)	338 de 18/01/2010	26/01/2010	TERMO PVST/SPV Nº 20/2010 ANATEL	RUA BELA VISTA 187 JARDIM SAO PEDRO Dourados/MS		Tel: (67) 3421 3761 FAX: (67) 3423 3699
MS	Dourados	VIA RADIO DOURADOS INFORMATICA LTDA - ME		338 de 18/01/2010	26/01/2010	TERMO PVST/SPV Nº 20/2010 ANATEL	RUA BELA VISTA 187 JARDIM SAO PEDRO Dourados/MS		Tel: (67) 3421 3761 FAX: (67) 3423 3699